

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de acesso à internet banda larga, com fornecimento e manutenção de equipamentos em comodato (CPE/roteador), suporte técnico 24x7, monitoramento proativo e emissão de relatórios mensais por unidade, para atender 32 (trinta e dois) pontos de atendimentos sendo 14 (quatorze pontos na zona urbana) e 18 (dezoito pontos na zona rural) vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Augusto Corrêa/PA.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. CONSIDERANDO, o que reza a constituição federal nos Artigos:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - Descentralização, com direção única em cada esfera de governo;*
- II - Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;*
- III - Participação da comunidade.*

2.2 CONSIDERANDO, a lei nº 8.080/90, em seu artigo 6º, estabelece como campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS).

2.3 CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Saúde é encarregada de atuar na prestação de serviços públicos do SUS, trabalhando e cuidando da saúde da população.

2.4 A contratação de Link de internet justifica-se também pela necessidade da Secretaria de Saúde em conseguir satisfazer, com efetividade, sua missão institucional fornecendo diversos serviços, dentre eles: Informações, Prontuário Eletrônico do Paciente, Serviços de cadastramento de pacientes para procedimentos e consultas especializadas, informações de produtividade, Acessos aos Sistemas e outros nas unidades de saúde da zona rural, portanto é imprescindível a contratação deste serviço.

2.5 Vale ressaltar que o acesso à rede mundial de computadores (internet) é imprescindível para o desenvolvimento das atividades diárias da Secretaria Municipal de Saúde e de todos os Centros e Unidades de Saúde ligados a gestão pública municipal, tendo em vista que além da necessidade de alimentação de sistema do governo federal/estadual em várias áreas da saúde pública e sistemas locais de gestão a saúde, há também as operações como pagamento de fornecedores e funcionalismo, divulgação dos atos administrativos de governo junto aos portais de transparências, prestação de contas junto aos tribunais e as instituições captadoras de recursos, comunicação interna e externa com outras instituições.

2.6 Desta forma a utilização da internet permitirá a otimização dos serviços, agilidade e economicidade nas informações, bem como se justifica a viabilização do acesso das informações em tempo real, em razão da modernização tecnológica nos processamentos das informações e dos dados a serem gerados pelas unidades administrativas, através de acesso à rede mundial de computadores, em contraponto, para execução das tarefas e dos serviços eletrônicos e digitais, como por exemplo o sistema *1doc*, tomando o serviço público mais eficazes, eficiente e efetivo.

2.7. Para a continuação do atendimento de qualidade e com a eficiência e eficácia aos munícipes se faz necessário a contratação de um serviço de internet adequado, possibilitando um melhor desempenho das atividades das ações desta secretaria com a implantação da tecnologia via fibra óptica tanto na área urbana quanto nas rurais deste município.

2.8. As quantidades dos pontos, velocidade e condições descritas neste documento. foi embasado conforme o número de Unidades e Centros de Saúde que existem atualmente neste município, e detalhado pelo Setor de Tecnologia da Informação da SEMSA.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO E DOS SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR	TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de acesso à internet banda larga, com fornecimento e manutenção de equipamentos em comodato (CPE/roteador), suporte técnico 24x7, monitoramento proativo e emissão de relatórios mensais por unidade, para atender 32 (trinta e dois) pontos de atendimentos sendo 14 (quatorze pontos na zona urbana) e 18 (dezoito pontos na zona rural) vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Augusto Corrêa/PA.	MESES	12	R\$ 13.308,58	R\$ 159.702,96
VALOR TOTAL					R\$ 159.702,96

3.1 PONTOS DE INSTALAÇÃO

➤ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

- ✓ Secretaria Municipal de Saúde de Augusto Corrêa-SEMSA;
- ✓ CAPS I Augusto Corrêa;
- ✓ Centro de Reabilitação – CERAC;
- ✓ vigilância em Saúde;
- ✓ Conselho de Saúde-COMUSA
- ✓ Central de Regulação de Augusto Corrêa-CESAC
- ✓ Central de Abastecimento Farmacêutico-CAF
- ✓ SAMU;
- ✓ Policlínica Municipal;
- ✓ Postos de Saúde-ZONA URBANA:
 - Unidade Saúde da Sede;
 - Unidade Saúde da Família Lírios do Vale;
 - Unidade Saúde da Família Cidade Nova;
 - Unidade Saúde da Família São Benedito;
 - Unidade Saúde da Família São João Batista;
 - Unidade Saúde da Família Pratiuaçú;
- ✓ Postos de Saúde-ZONA RURAL:
 - Unidade Saúde da Família do Patal;
 - Unidade Saúde da Família Nova Olinda I;
 - Unidade Saúde da Família Nova Olinda II;
 - Unidade Saúde da Família do Santa Maria do Açaizal;
 - Unidade Saúde da Família do Buçú;

- Unidade Saúde da Família do Maranhãozinho;
- Unidade Saúde da Família do Araí I;
- Unidade Saúde da Família do Araí II;
- Unidade Saúde da Travessa do dez;
- Unidade Saúde da Família do Aturiaí I;
- Unidade Saúde da Família do Aturiaí II;
- Unidade Saúde da Família do Itapixuna;
- Unidade Saúde da Família do Zé Castor;
- Unidade Saúde da Família do Apió;
- Unidade Saúde da Família Vila Nova;
- Unidade Saúde da Família Anoirá;
- Unidade Saúde da Família Perimerim;
- Unidade Saúde da Família Trevinho.

3.2 DA DESCRIÇÃO TÉCNICA DO OBJETO

Justificativa Técnica da Contratação

A contratação por ponto, com SLA, suporte 24x7 e monitoramento, se justifica porque:

- 1) **Unidades de saúde dependem de conectividade estável** para atividades essenciais: sistemas administrativos, comunicação, acesso a plataformas, atendimento ao cidadão e rotinas digitais.
- 2) O modelo por ponto **garante previsibilidade de entrega** e permite identificar com clareza a performance de cada unidade (evita “banda geral” sem rastreabilidade).
- 3) A exigência de **monitoramento proativo + relatório mensal** reduz tempo de indisponibilidade e melhora a governança do serviço, permitindo tomada de decisão e auditoria.
- 4) A inclusão de **equipamento em comodato** reduz a indisponibilidade causada por falhas de hardware e padroniza a conectividade das unidades, facilitando suporte e reposição.
- 5) O SLA diferenciado (urbano/rural) considera a **realidade logística** do município, sem perder o compromisso de restabelecimento dentro de prazos adequados.
- 6) A centralização do contrato em um único fornecedor **simplifica a gestão pública** (um único pagamento/gestão), reduzindo retrabalho, fragmentação de suporte e divergência entre múltiplos provedores.

Justificativa Técnica e Econômica da Proposta

A proposta-alvo por ponto está fundamentada em:

- 1) **Economia de escala e infraestrutura existente na zona urbana:** parte do atendimento se beneficia de rede já consolidada, reduzindo custo marginal por ponto sem reduzir qualidade.
- 2) **Gestão centralizada do serviço:** com monitoramento e suporte unificados, diminui-se custo de operação por dispersão de contratos e chamados sem rastreabilidade.
- 3) **Rural com terceirização sob responsabilidade da contratada:** o valor do ponto rural inclui não apenas o “link”, mas também:
 - gestão do fornecedor local,
 - suporte ao usuário final (SEMSA),
 - controle e inventário do comodato,
 - deslocamento/logística,
 - monitoramento e relatório por unidade,
 - compromisso de restabelecimento em até 6h.
- 4) **Entrega de serviço completo (link + operação):** o preço não reflete apenas “Mbps”, mas a capacidade de manter atendimento 24x7, cumprir prazos, substituir equipamento e reportar mensalmente, itens essenciais para continuidade no serviço público.
- 5) **Previsibilidade orçamentária:** o modelo por ponto permite ajuste fino e transparência de custos, facilitando planejamento e acompanhamento do contrato.

3.3. GERENCIAMENTO RESPONSÁVEL, HORÁRIO E LOCAL

3.3.1. A Secretaria Municipal de Saúde que, prestará todos os esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelos interessados, estando disponível de segunda a sexta – feira, das 7:30 às 13:30 horas e entre as 14:00h às 18:00h, localizado na avenida João Batista Monteiro S/N, Bairro São Miguel – Augusto Corrêa/PA, CNPJ 12381567/0001-34, CEP 68.610-000.

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 Links de internet do tipo banda larga corporativa compartilhada, por meio de fibra óptica, com velocidade mínima de 1000 Mbps, IP fixo, garantia de banda mínima de 80% (download e upload), latência máxima de 80ms, disponibilidade mensal mínima de 99%, tempo de reparo máximo de 4 horas, mitigação de ataques DDoS, e suporte técnico 24x7, incluindo fornecimento e instalação de ONU/Roteador compatível com tecnologia Wi-Fi 6;

4.2 Roteadores corporativos Wi-Fi 6, para uso profissional, com capacidade de até 100 conexões simultâneas, certificação Anatel, múltiplos SSIDs, QoS avançado, alimentação PoE passiva, e instalação em teto ou parede, conforme características técnicas mínimas estabelecidas no edital;

4.3 Com essa estrutura integrada, a Administração visa otimizar a comunicação entre setores, garantir a continuidade das operações de sistemas corporativos e aumentar a eficiência dos serviços públicos de saúde.

4.4 A melhor solução encontrada foi a realização de licitação por meio de processo de PREGÃO ELETRÔNICO sobre serviços continuados, na forma do art. 28, I, da Lei 14.133/2021.

4.5 Portanto, além de garantir transparência e isonomia no processo de contratação, a opção representa uma decisão vantajosa para a administração pública, reforçando a escolha como a mais adequada para o atendimento das demandas das Secretarias.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que estejam localizadas em endereços fixos, e que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação.

5.2 Deverá ainda apresentar os seguintes requisitos:

Contratação de Serviço de Internet – Unidades de Saúde – Município de Augusto Corrêa/PA

Modelo: prestação contínua, com medição por ponto de atendimento e gestão centralizada.

- **14 (quatorze) pontos na zona urbana**
- **18 (dezoito) pontos na zona rural**

1) O serviço será prestado de forma a assegurar conectividade adequada às rotinas assistenciais e administrativas, incluindo (quando aplicável) uso de sistemas online, comunicação institucional, videochamadas, teleatendimento, emissão/consulta de registros, e demais aplicações essenciais.

5.2.1 Escopo e Quantitativo

A contratação compreende:

- Ativação e manutenção de **32 links por ponto**, com características e SLA diferenciados por zona (urbana/rural);
- Fornecimento de **01 (um) roteador/CPE por unidade** em comodato, com substituição em caso de defeito;
- **Suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7);**
- **Monitoramento proativo** dos links e abertura de chamados quando detectada anomalia;
- **Relatório mensal por unidade** (ponto) com indicadores de disponibilidade e ocorrências.

2) Especificação Técnica por Categoria (por ponto)

2.1) Zona Urbana – 14 pontos

Velocidade mínima por ponto (download/upload):

- **500 Mbps** por ponto, com capacidade de operação estável e sem franquia de dados.

Disponibilidade (SLA mensal):

- **≥ 99,5%** por ponto (medição mensal)

Prazo máximo de restabelecimento (MTTR):

- **até 4 (quatro) horas** por ocorrência, a contar da abertura do chamado ou detecção pelo monitoramento.

Equipamento em comodato:

- 01 roteador/CPE por unidade, compatível com **porta gigabit** e operação estável para rede local.

Gestão e qualidade:

- Monitoramento e registro de ocorrências, com relatórios mensais por unidade.

2.2) Zona Rural – 18 pontos

Velocidade mínima por ponto (download/upload):

- **100 Mbps** por ponto (mínimo), com possibilidade de upgrade quando houver viabilidade técnica/local.

Disponibilidade (SLA mensal):

- **≥ 99,0%** por ponto (medição mensal)

Prazo máximo de restabelecimento (MTTR):

- **até 6 (seis) horas** por ocorrência, considerando logística e deslocamento, a contar da abertura do chamado ou detecção pelo monitoramento.

Equipamento em comodato:

- 01 roteador/CPE por unidade, adequado à tecnologia disponível no ponto.

Gestão e qualidade:

- Monitoramento e registro de ocorrências, com relatórios mensais por unidade.

3) Requisitos de Qualidade e Critérios de Indisponibilidade

3.1) Conceito de Indisponibilidade

Considera-se o serviço **indisponível**, no respectivo ponto, quando ocorrer qualquer uma das condições abaixo, de forma contínua e comprovável:

- **Ausência total de conectividade** (sem navegação/sem rota);
- **Perda de pacotes acima de 2%** em testes de conectividade;

- **Latência acima de 150 ms** em condições normais de operação (exceto eventos de força maior comprovados).

A medição poderá ser realizada por:

- Ferramentas de monitoramento da Contratada;
- Testes pontuais acordados com a Contratante, em caso de divergência.

3.2) Franquia e Controle de Tráfego

- O serviço deverá ser prestado **sem franquia de consumo e sem redução artificial intencional de velocidade** (sem “traffic shaping” que degrade aplicações essenciais), preservando o uso regular para fins institucionais.

4) Atendimento, Suporte e Monitoramento

4.1) Suporte 24x7

A contratada deverá disponibilizar suporte técnico **24 horas por dia, 7 dias por semana**, por canais definidos (telefone/WhatsApp/central), com abertura de chamados e registro das ocorrências.

4.2) Monitoramento Proativo

A Contratada deverá manter **monitoramento proativo** dos links, permitindo:

- Detecção de quedas;
- Identificação de degradação (perda/latência);
- Registro automático de eventos relevantes;
- Abertura de chamado preventivo quando aplicável.

4.3) Registro e Histórico

Todos os atendimentos e intervenções devem ser registrados, no mínimo, com:

- data/hora de abertura,
- unidade impactada,
- causa provável,
- ações executadas,

- data/hora de normalização,
- tempo total de indisponibilidade.

5) Equipamentos em Comodato (CPE/Roteador)

5.1) Itens mínimos

Para cada ponto, a Contratada disponibilizará em comodato:

- **01 (um) roteador/CPE** compatível com a velocidade do plano e com estabilidade para uso institucional.

5.2) Substituição e Manutenção

- Em caso de falha/defeito do equipamento em comodato, a Contratada realizará **substituição** em prazo compatível com o SLA do ponto.

5.3) Inventário

A Contratada manterá inventário dos equipamentos por unidade (modelo, número de série, data de instalação/troca), para auditoria e controle patrimonial do comodato.

6) Instalação, Ativação e Aceite por Ponto

6.1) Ativação

A ativação será realizada por ponto, mediante agendamento com responsável local.

6.2) Teste e Aceite

A Contratada executará teste inicial (mínimo):

- teste de conectividade,
- teste de desempenho,
- verificação de estabilidade básica.

O aceite do ponto será formalizado pela Contratante após confirmação de funcionamento.

7) Manutenção Programada

Manutenções programadas que possam afetar o serviço deverão ser comunicadas com antecedência mínima de **48 horas**, preferencialmente em janelas de menor impacto, mediante alinhamento com a Contratante.

8) Pontos Críticos

- prioridade máxima de atendimento,
- disponibilidade diferenciada,
- IP fixo (quando aplicável),

9) SLA, Penalidades e Abatimento (Modelo objetivo e auditável)

9.1) SLA de Disponibilidade

A apuração será mensal, por ponto, com as metas:

- Urbano: $\geq 99,5\%$
- Rural: $\geq 99,0\%$

9.2) Abatimento por Indisponibilidade (por ponto)

Quando a disponibilidade mensal do ponto ficar **abaixo do SLA**, será aplicado abatimento proporcional no valor mensal daquele ponto, conforme fórmula:

Abatimento do ponto (R\$) = Valor mensal do ponto \times (Tempo de indisponibilidade excedente / Tempo total do mês)

Onde:

- “tempo de indisponibilidade excedente” considera apenas o que ultrapassar a margem do SLA.
- “tempo total do mês” considera o total de horas do mês.

9.3) Abatimento adicional por não cumprimento de MTTR (por ocorrência)

Além do item 9.2), quando houver ocorrência em que o prazo de restabelecimento (MTTR) for ultrapassado:

- **Urbano (MTTR 4h):** desconto adicional de **2% do valor mensal do ponto por hora excedente**, limitado a **20%** do valor do ponto no mês.
- **Rural (MTTR 6h):** desconto adicional de **2% do valor mensal do ponto por hora excedente**, limitado a **20%** do valor do ponto no mês.

O objetivo é garantir previsibilidade e compromisso de atendimento, sem penalidades desproporcionais.

9.4) Exclusões (força maior / infraestrutura da unidade)

Não serão computados para abatimento eventos comprovados de:

- falta de energia na unidade sem UPS/no-break,
- danos internos na rede local (cabearno/roteamento interno da unidade) não sob responsabilidade da Contratada,
- eventos de força maior devidamente comprovados.

5.4 Estão inclusos nos preços cotados todas as despesas e encargos que incidam sobre a prestação dos serviços;

5.5 A prestação do serviço dar-se-á mediante a AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

Subcontratação

5.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

5.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar

6 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

6.1. Em consonância com o disposto no art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021, o objeto proposto deste Termo de Referência trata-se de serviço comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

7 PRAZO DE ENTREGA, RECEBIMENTO E GARANTIA DO SERVIÇO

7.1. A instalação do link contratado deverá ocorrer no prazo máximo de 03 (TRÊS) dias a partir da data de assinatura do contrato. após emitir a Ordem de Ativação do mesmo

7.1.1 Após a implantação do circuito, eventuais solicitações de mudança de endereço, retirada e alteração de características físicas já existentes, incluindo as configurações em equipamentos de comunicação de dados decorrentes dessas mudanças, estarão condicionadas à viabilidade técnica da contratada.

7.2. O recebimento do item não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

7.3. O serviço objeto da presente licitação será recebido das seguintes formas:

7.2.1. Provisória, mediante recibo, em até 5 (CINCO) dias após concluída a instalação, configuração e ativação com perfeito funcionamento dos serviços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade.

7.2.2. Definitiva, mediante recibo, em até 7 (SETE) dias a partir do recebimento provisório, após comprovação da perfeita execução dos serviços prestados, conforme este termo de referência.

7.3. Os serviços executados em desconformidade com o especificado no estudo técnico preliminar ou o indicado na proposta, e em desacordo com as normas aplicáveis da ANATEL e/ou correlatas, serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a refazê-los no prazo estipulado pela Fiscalização, contado da data do recebimento de notificação escrita, necessariamente acompanhada do Termo de Recusa, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução

7.4. Garantia de conexão 24 horas por dia e 07 dias por semana

7.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar um serviço de assistência técnica, onde serão feitos os registros de ocorrência, as solicitações de reparos e o acompanhamento por parte da CONTRATANTE, observados os itens abaixo:

a) Atendimento em tempo integral, assim considerado o período de 24 horas ininterruptas, durante toda a vigência do contrato.

b) Atendimento às solicitações contadas a partir do registro do pedido feito pela CONTRATADA, com prazo máximo de 04 (quatro) horas para restabelecimento do serviço;

c) Geração de número de protocolo ou registro do chamado técnico, a ser informado ao CONTRATANTE no momento da abertura do chamado, visando o acompanhamento e controle do andamento da solicitação.

- d) Entende-se por “início da solicitação de atendimento” o horário da abertura do chamado indicando a indisponibilidade do link;
- e) Entende-se por “término do atendimento” o momento a partir do qual o link contratado estiver restabelecido nas condições contratadas, compreendendo, inclusive, a substituição de equipamentos, ajustes ou reparos nos equipamentos da CONTRATADA.
- f) O encerramento da solicitação de atendimento ocorrerá após o restabelecimento da conexão e a sua permanência em condições de funcionamento normal por um período mínimo de 1 (uma) hora; G) A CONTRATADA deverá apresentar um Relatório de Atendimento Técnico para cada atendimento.
- h) A CONTRATADA deverá disponibilizar alternativas técnicas para a continuidade na prestação do serviço, sem ônus para a SEMSA, para os casos em que não seja possível a reativação do link dentro do prazo estipulado.

8. DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será efetuado em até a 30 (trinta) dias, contados da data de entrega/realização do serviço, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente certificada pelo servidor competente e acompanhada da regularidade fiscal;
- 8.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.
- 8.3. O pagamento será realizado através de ordem bancária (este sendo indicado na proposta, caso houver) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;
- 8.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;
- 8.5. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida da execução mensal do objeto da contratação, conforme disposto neste Termo de Referência;
- 8.6. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ/CPF apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo notas fiscais/faturas com outros CNPJ/CPF;

8.7. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

8.9. A Nota Fiscal deverá estar obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

8.10. Nenhum pagamento será efetuado a contratada se a mesma não estiver em dia com suas regularidades fiscal e trabalhista.

8.11. O valor dos encargos é calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.1.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, a garantia de proposta de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

9.1.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, quando se tratar de depósito ou transferência em conta bancária de titularidade do CONTRATANTE, cujos dados: Banco do Brasil; Agência: 1480-X e Conta: 19561-8.

9.1.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

9.1.4. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da lei 14.133/2021.

9.1.5. Não será aceita garantia de proposta emitida após a abertura da sessão.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta

Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, atualizada.

9.13. Certidão Específica de Arquivamento emitida pela Junta Comercial, atualizada.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Obs: O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, dentro do período de validade- Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente, registrado na junta comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, o balanço deverá vir acompanhado da certidão de habilitação profissional do contador e certidão negativa de débitos - CND será emitida em casos de inexistência de débitos do profissional ou da organização contábil;

9.24. O Balanço Patrimonial, deverá comprovar a boa situação financeira da empresa, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores ou iguais a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.24.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.24.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.24.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica:

9.27. Atestados de capacidade técnica da licitante, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem de maneira satisfatória ter a licitante aptidão desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante executa ou executou contratos em atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, que correspondam a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo previsto no edital de licitação, deverá estar emitido em nome e com o CNPJ/MF da matriz e/ou da(s) filial(s) da licitante.

9.27.1 Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica

9.27.2. Em caso de dúvida para comprovação do item 9.27, poderá ocorrer a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, a fim de que comprovem a capacidade técnica do objeto a ser contratado.

9.27.3. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.

9.28. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante.

9.29. Termo de Autorização para a prestação de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) outorgado pela ANATEL;

9.30. Autorização ou concessão da Anatel;

9.31. Registro da Empresa/atividades na Anatel;

9.32. Contrato a concessão de compartilhamento de uso da infraestrutura das redes de distribuição de 34,5kv;

9.33. A licitante deve comprovar possuir estrutura compatível para o fornecimento pretendido e condições para iniciar o fornecimento a partir de 03 (três) dias da ordem de serviço;

10 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas para a execução deste serviço correrão por conta do parecer contábil da Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa/PA. Exercício 2026:

Dotação Orçamentária: 10.301.0016.2.072 – Manutenção do FUS

Classificação econômica: 3.3.90.39.00 - Outros serv. De terc. Pessoa jurídica.

Subelemento: 3.3.90.39.99 – outros serv. terc. Pessoa jurídica.

11 PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021;

11.2. Com base no art. 107 da Lei nº 14.133/21, os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;

11.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

11.4. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

11.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

11.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

11.7. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

11.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

11.9. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.9.3. Indenizações e multas.

12 DO REAJUSTE EM SENTIDO GERAL

12.1 Os preços são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas:

12.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o dever de ser adotado o reajustamento pelo IPCA/IBGE, pois é o índice oficial de monitoramento da inflação

no Brasil, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anuidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer:

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

12.5 caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

12.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo:

12.7 Reajuste será realizado por apostilamento.

13 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

13.1 É obrigação da CONTRATADA manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução contratual.

13.2. Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que por ele forem solicitados, cujas reclamações referentes à execução contratual se obriga prontamente a atender.

13.3. A Contratada deverá disponibilizar todos os recursos necessários ao pleno atendimento das demandas.

13.4 Atender prontamente aos chamados para manutenção a partir do registro do pedido da CONTRATANTE, observando fielmente os prazos máximos especificados neste anexo;

13.5 Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da prestação do serviço, tais como salários, seguro de acidentes, taxas, impostos e

contribuições, indenizações, vales transportes, vale-refeição e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por lei ou por convenção, dissídio ou acordo coletivos de trabalho das categorias;

13.6 Responder pelo cumprimento da legislação vigente no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL;

13.7 Prestar o serviço dentro dos parâmetros e das rotinas estabelecidos, em observância às recomendações exigidas pela boa técnica, normas e legislação, comunicando à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade em sua execução, prestando os esclarecimentos necessários;

13.8 Realizar manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos que forem instalados nas dependências da CONTRATANTE, sem ônus para a mesma;

13.9 Orientar e manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares da CONTRATANTE, quando da prestação de serviço nas dependências da mesma, sem que isso configure vínculo empregatício;

13.10 Implantar, de forma adequada, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter os serviços de forma correta e eficaz.

13.11 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes do Contrato, conforme exigência legal;

13.12 Informar previamente toda e qualquer alteração nas condições de fornecimento ou prestação dos serviços que atinja direta ou indiretamente a CONTRATANTE;

13.13 Suspender ou interromper o fornecimento ou os serviços prestados, quando solicitados;

13.14 Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente a esta Secretaria Municipal de Saúde decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme determina o art. 117 da Lei nº 14.133/21.

13.15 Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;

13.16 Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

13.17 Manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

13.18 Na hipótese de inadimplência do item anterior, a CONTRATADA será notificada por esta Secretaria Municipal de Saúde para regularizar a situação, no prazo fixado, sob pena de rescisão do Contrato, além das penalidades previstas neste Termo de Referência, no Instrumento do Contrato e na legislação vigente;

13.19 Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual;

13.20 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE no acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato, acatando prontamente as orientações da mesma.

13.21 Cumprir com as demais obrigações constantes no termo de referência e outras previstas no Contrato Administrativo a ser pactuado.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1 Cumprir às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021;

14.2 Exercer a fiscalização sobre o fornecimento e prestação dos serviços por servidores especialmente designados;

14.3 Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicações de sanções, alterações e acréscimos ou supressão do Contrato;

14.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a serem solicitados pela contratada;

14.5 Receber e atestar as faturas apresentadas pela contratada, em conformidade com as requisições expedidas;

- 14.6 Notificar, por escrito, à contratada, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 14.7 Comunicar a contratada a ocorrência de divergência entre a requisição e a fatura, promovendo a devolução da fatura para correção;
- 14.8 Efetuar o pagamento à Contratada na forma e nos prazos ajustados no Contrato Administrativo a ser celebrado;
- 14.9 Cumprir com as demais obrigações constantes no termo e referência e outras previstas no Contrato Administrativo a ser celebrado.

15 DA FISCALIZAÇÃO

- 15.1 Nos termos do artigo art. 7º da Lei nº 14.133/21, a responsabilidade pela gestão desta contratação ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, através do servidor designado, que também será responsável pelo recebimento e atesto do documento de cobrança;
- 15.2 A fiscalização deste Contrato será realizada por servidor a ser indicado pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 15.3 A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência;
- 15.4 Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da contratada, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de administração da CONTRATANTE, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei.
- 15.5 Os representantes da fiscalização dos contratos: Fiscal titular: Edson Luís Sampaio Pinheiro - Matrícula nº 321039-4 – Fiscal Titular e **Renan Augusto da Cunha Melo**, Matrícula nº 321317-2 - Fiscal Substituto.

16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 16.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, art. 155, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2 Com base no art. 156 da Lei 14.133/21, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- II. **Multa**:
 - moratória de 5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- III. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- IV. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

16.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

16.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

16.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

16.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

16.4.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos

neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

16.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

16.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

17 ESTIMATIVA DE PREÇO (PESQUISA DE PREÇO)

17.1. O valor total estimado para a referida aquisição dos materiais será custeado através de recurso oriundo do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, no valor total R\$ 159.702,96 (Cento e cinquenta e nove mil, setecentos e dois reais, noventa e seis centavos).

18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Os casos omissos no Termo de Referência, deverão ser supridos pela Lei nº 14.133/2021, bem como as dúvidas suscitadas deverão ser esclarecidas pelos órgãos supracitados ou a quem eles designarem, no endereço constante neste Termo de Referência;

18.2 A Administração poderá revogar o processo ou rescindir o contrato, por motivo de interesse público e deverá realizar a anulação da licitação quando houver ilegalidade, sendo de ofício ou mediante provocação de terceiro;

18.3 A contratada responderá de maneira absoluta e inescusável pelo objeto deste Termo de Referência, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pelo serviço a ser contratado;

18.4 Não será aceita documentação emitida após a abertura da sessão;

18.5 Fica estabelecido o Foro da Comarca de Augusto Corrêa, Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das avenças.

19. DATA LOCAL E ASSINATURA

19.1. Augusto Corrêa, 03 de março de 2026.

**BRENA TALLITA SILVA PINHEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DECRETO 135/2025**